

A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL

a. 17

n. 67

jan./mar. 2017

Editorial 9

The implementation of the List of Job Posts (RPT) on a Galician local administration
A implementação da Relação de Postos de Trabalho (RPT) na Administração local da Galícia

Francisco Jesús Ferreiro Seoane, Manuel Octavio Del Campo Villares,

Marta Camino Santos 11

1	Introduction	13
2	Definition, content and juridical nature of the RPT	15
3	Improvements from the implementation of a RPT	18
4	Phases in the elaboration of a RPT	18
4.1	Description of the posts	19
4.2	Valuation.....	20
5	Implementation of a RPT in a local administration: empirical case.....	22
5.1	Description of the job posts	22
5.2	Valuation.....	25
6	Conclusions.....	28
	References	29
	Annex 1: Organizational chart: Area/ department/section, coded	32
	Annex 2: Descriptive report of the job post.....	34
	Annex 3: Weighing of the factors of the RPT	35
	Annex 4: Distribution of points by post and factor	37
	Annex 5: Pondered valuation of the job posts ordered by higher punctuation	38
	Annex 6: Economic valuation of the RPT.....	39

La mejora regulatoria en España: los nuevos principios que informan el ejercicio de la iniciativa legislativa y la potestad reglamentaria de las administraciones públicas

Better regulation in Spain: the new principles that inform the process of drawing up new legislation and the regulatory power of the public administrations

Lucía Casado Casado 41

I	Introducción.....	42
II	La creciente preocupación por la mejora regulatoria en el ámbito internacional	43
1	La mejora regulatoria en la OCDE	44
2	La mejora regulatoria en la Unión Europea	46
III	La evolución de la mejora regulatoria en España: la reciente introducción de los principios y técnicas de buena regulación o calidad normativa	48
1	El plan de acción para la reducción de cargas administrativas	50
2	La introducción de la memoria del análisis de impacto normativo en el ámbito de la Administración General del Estado	50
3	El avance derivado de la implantación de los principios de buena regulación, especialmente en lo referido al ejercicio de las actividades económicas: la Ley 17/2009, de 23 de noviembre, sobre el libre acceso a las actividades de servicios y su ejercicio, y la Ley 20/2013, de 9 de diciembre, de garantía de la unidad de mercado	52
4	Los instrumentos de mejora regulatoria introducidos por la Ley 2/2011, de 4 de marzo, de economía sostenible	54
5	El refuerzo de la transparencia en el procedimiento de elaboración de normas: la Ley 19/2013, de 9 de diciembre, de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno.....	57
6	El nuevo hito representado por las Leyes 39/2015, de 1 de octubre, de procedimiento administrativo común de las administraciones públicas y 40/2015, de 1 de octubre, de régimen jurídico del sector público	57
IV	La mejora regulatoria contemplada en la Ley 39/2015, de 1 de octubre, de procedimiento administrativo común de las administraciones públicas	62

1	El alcance de las previsiones sobre mejora regulatoria: su establecimiento con carácter básico para todas las administraciones públicas	1
2	Los principios de buena regulación.....	1.1
3	Los instrumentos de mejora regulatoria	1.2
3.1	La evaluación normativa <i>ex post</i> y la adaptación de la normativa vigente a los principios de buena regulación.....	2
3.2	La planificación normativa	2.1
3.3	El incremento de la participación de los ciudadanos en el procedimiento de elaboración de normas con rango de Ley y reglamentos. Especial referencia a la novedosa consulta pública previa a la elaboración del proyecto o anteproyecto de ley o de reglamento.....	2.2
	Referencias	3

Acción de repetición contra funcionarios públicos

Charging action against public officials

Pablo Schiavi	7
I Entorno doctrinal y jurisprudencial	7
II La responsabilidad de los funcionarios públicos por los daños causados a terceros en el ejercicio de sus funciones o en ocasión de ese ejercicio	4
1 Evolución histórica	8
2 La responsabilidad patrimonial frente a terceros recae siempre sobre la Administración no siendo posible accionar directamente contra el funcionario, salvo en casos de actos personalísimos	8
3 La responsabilidad civil directa de los funcionarios públicos: la responsabilidad ante los particulares	8
III Acción de repetición contra funcionarios públicos	8
1 Consideraciones preliminares	8
2 Procedencia.....	8
3 Admisibilidad de la acción de repetición.....	9
4 La existencia del daño.....	9
5 Legitimación activa.....	9
6 ¿A quién puede demandar el Estado en materia de repetición?	9
7 Culpa grave y dolo.....	9
8 Acción de repetición: ¿facultativa o acto debido?.....	9
9 Procedimiento: la nueva solución de la Ley nº 19.090 de 14.06.2013.....	9
IV Jurisprudencia destacada	9
V Reflexiones finales	10
Referencias	10

A colaboraçãõ premiada como negócio jurídico processual atípico nas demandas de improbidade administrativa

The plea bargain as atypical procedural agreement in lawsuits for administrative improbity

Fredie Didier Jr., Daniela Santos Bomfim	10
1 Negócios jurídicos processuais	10
1.1 Noções gerais	10
1.2 Negócios jurídicos processuais atípicos: o princípio da atipicidade da negociação sobre o processo	10
2 Colaboração premiada: noções gerais e natureza jurídica.....	11
3 A colaboraçãõ premiada como negócio jurídico atípico nos processos de improbidade administrativa.....	11
Referências	11

Condicionantes para substituição do produto durante a execução do contrato em virtude de força maior ou caso fortuito

Conditioning for substituting the product while the execution of the contract due to the force majeure or the incident

André Saddy	12
Introdução	12

1	Edital como instrumento convocatório vinculante	123
1.1	Princípio da imutabilidade das propostas	124
1.2	Força normativa do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da imutabilidade das propostas e seu caráter relativo	125
2	Hipóteses para modificação da proposta	132
2.1	Não comparecimento para firmar o contrato sem hipótese de motivo justificado	132
2.2	Não manutenção do prazo contratual em virtude de força maior ou caso fortuito	132
2.3	Alteração dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços	134
2.4	Inexecução contratual em virtude de força maior ou caso fortuito.....	134
3	Condicionantes para substituição do produto durante a execução do contrato em virtude de força maior ou caso fortuito.....	138
3.1	Modificação deve responder à necessidade do interesse público.....	140
3.2	Justifique a necessidade de modificação	142
3.3	Produto equivalente ou superior ao anterior	142
3.4	Não afete as condições essenciais do contrato.....	143
3.5	Inexistir alteração de preço sempre que possível.....	143
3.6	(Des)necessidade de concordância da Administração	144
3.7	Publicação de aditamentos ou simples apostilamento	145
4	Princípio do equilíbrio econômico-financeiro.....	146
	Conclusões	147
	Referências	149

E a França piscou: a questão prioritária de constitucionalidade e o fim do controle exclusivamente prévio de constitucionalidade

And France blinked: the priority question of constitutionality and the end of the ex ante control of constitutionality

Eugênio Facchini Neto, Carla Evelise Justino Hendges	153
Introdução.....	154
1 Juízes sem juízo? O controle de constitucionalidade na França antes da revisão constitucional de julho de 2008.....	158
1.1 'Les juges de la nation ne sont que la bouche qui prononce les paroles de la loi': o período de 1789 a 1958	158
1.2 'En France, la seule cour suprême c'est le peuple': o controle <i>a priori</i> na Constituição de 4 de outubro de 1958	161
2 Kelsen revisita Paris: o controle <i>a posteriori</i> por meio da questão prioritária de constitucionalidade	172
2.1 O fim da saída 'à francesa': o novo sistema de controle de constitucionalidade	172
2.2 Balanço: os cinco primeiros anos da QPC	176
Considerações finais	179
Referências	180

Direitos constitucionais de seguridade social no Brasil: uma abordagem orientada por direitos humanos

Constitutional social security rights in Brazil: a human rights based approach

Carlos Luiz Strapazzon	185
Introdução.....	186
1 Por que direitos fundamentais de seguridade social?.....	190
2 Onde há direitos constitucionais de seguridade social?.....	192
3 Choque de propósitos	201
4 Críticas e novos rumos.....	209
Conclusões	212
Referências	213

Quem tem medo da ADC? Os 20 anos da Ação Declaratória de Constitucionalidade e a judicialização da política no STF

Who's afraid of the DAC? The 20 years of the Declaratory Action of Constitutionality and the Judicialization of Politics at the Brazilian Supreme Court

Breno Baía Magalhães	217
1 Introdução	218

2	Breve contextualização normativa e teórica da Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	22
3	Os números da ADC: análise quantitativa.....	22
4	Os julgamentos das ADCs: análise qualitativa	23
4.1	As ADCs não conhecidas	23
4.2	ADCs com cautelares deferidas em vigor	24
4.3	ADCs com cautelares indeferidas	24
4.4	ADCs julgadas procedentes	24
5	O impacto da ADC no controle concentrado de constitucionalidade brasileiro	25
6	Conclusão	25
	Referências	25

Decidindo não decidir: preferências restritivas e autorregulação processual no Supremo Tribunal Federal

Deciding not to Decide: Restrictive Preferences and Procedural Self-Regulation at the Brazilian Supreme Court

Felipe de Melo Fonte	26
I O tempo e as instituições públicas.....	26
II O tempo e o Supremo Tribunal Federal	26
III Preferências restritivas na jurisdição constitucional	27
III.1 Razões institucionais	27
III.2 Razões da teoria constitucional.....	27
III.3 Razões processuais	27
IV Duas propostas para o Supremo	28
IV.1 Autorregulação do fluxo processual	28
IV.2 Vinculação ampla e efetiva do Poder Judiciário às decisões do Supremo	28
V Conclusões: menos é mais.....	28
Referências	28

Aborto e Congresso Nacional: uma análise crítica do cenário legislativo

Abortion and National Congress: a critical analysis of the legislative scenario

Rogério Barros Sganzerla	29
1 Introdução	29
2 Análise da atividade legislativa do Congresso Nacional	29
3 Problematização das políticas públicas sobre o aborto.....	31
4 Conclusão	31
Referências	31

ABSTRACTS

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	32
Condições para Submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	33
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	33
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	33
Política de Ética	
<i>Ethical Policy</i>	33